

# Orientação Profissional de pessoas com deficiências: Revisão de literatura (2000-2009)<sup>1</sup>

Ana Lúcia Ivatiuk<sup>2</sup>  
Elisa Medici Pizão Yoshida  
Universidade do Porto, Porto, Portugal

## Resumo

O estudo teve como objetivo realizar uma revisão da literatura publicada na última década sobre orientação profissional (OP) de pessoas com deficiências. As publicações, selecionadas, em bases de dados eletrônicas, somaram 55 referências entre, artigos ( $n = 41$ ), teses e dissertações ( $n = 6$ ), capítulos de livros ( $n = 2$ ) e livros ( $n = 6$ ), foram divididas em nacionais e estrangeiras e os dados comparados. A análise dos dados focalizou o tipo de suporte da produção, a natureza dos trabalhos, a faixa etária da população-alvo, o modelo teórico e metodológico e as características do processo de OP. Os resultados apontaram o predomínio de artigos em periódicos das áreas de Psicologia e Educação, referentes a pesquisas de levantamento sobre jovens adultos atendidos individualmente em OP, com abordagem comportamental ou psicanalítica e com pouca ênfase no processo. São apontadas algumas lacunas e indicados alguns limites da pesquisa.

*Palavras-chave:* orientação vocacional, escolha profissional, população especial, incapacidade, deficiência

## Abstract: Vocational Guidance for People with Disabilities: Literature review (2000-2009)

The study aimed to conduct a review of the literature published in the last decade on vocational guidance of persons with disabilities. Publications, selected from electronic databases, totaled 55 references including articles ( $n = 41$ ), theses and dissertations ( $n = 6$ ), book chapters ( $n = 2$ ) and books ( $n = 6$ ) and were organized into national and international data and compared. Data analysis focused on the kind of production support, the nature of the work, the age of the target population, the theoretical model and methodology and the characteristics of the process of vocational guidance. The results showed a predominance of papers in the areas of Psychology and Education relating to survey research on young adults attended individually in vocational guidance, based on the behavioral or the psychoanalytic approach, with little emphasis on the process. Some gaps and limitations of the research were pointed out.

*Keywords:* vocational guidance, vocational choice, special population, handicap, disabilities

## Resumen: Orientación profesional de personas con deficiencias: Revisión de bibliografía (2000-2009)

El estudio tuvo el objeto de realizar una revisión de la bibliografía publicada en la última década sobre orientación profesional (OP) de personas con deficiencias. Las publicaciones seleccionadas de bases electrónicas de datos sumaron 55 referencias entre artículos ( $n = 41$ ), tesis y disertaciones ( $n = 6$ ), capítulos de libros ( $n = 2$ ) y libros ( $n = 6$ ). Se dividieron en nacionales y extranjeras y se compararon los datos. El análisis de los datos se centró en el tipo de soporte de la producción, la naturaleza de los trabajos, la franja etaria de la población blanco, el modelo teórico y metodológico y las características del proceso de OP. Los resultados indicaron el predominio de artículos en periódicos de las áreas de Psicología y Educación referentes a investigaciones de encuestas sobre jóvenes adultos atendidos individualmente en OP, con enfoque de comportamiento o psicoanalítico y con poco énfasis en el proceso. Se observan algunas lagunas y se señalan algunos límites de la investigación.

*Palabras clave:* orientación vocacional, elección profesional, población especial, incapacidad, deficiencia

<sup>1</sup> Este artigo descreve parte dos resultados da Tese de Doutorado da primeira autora, sob orientação da segunda, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da PUC-Campinas.

<sup>2</sup> Endereço para correspondência: Rua: Padre Anchieta, 1846, sala 614, champagnat, 80050-380, Curitiba-PR, Brasil. Fone: (41) 3024-3634. E-mail: aivatiuk@gmail.com

Sabe-se que a Orientação Profissional é definida como um processo no qual o indivíduo tem a possibilidade de receber auxílio sobre as dúvidas que possui em relação à escolha de uma profissão, estabelecimento de princípios referentes à carreira, inserção profissional, orientações sobre o mercado de trabalho e até mesmo aposentadoria (Lehman, 2010; Soares, 2009). Dessa prática subentende-se o construto de algo definido como identidade profissional, a qual é organizada a partir do desenvolvimento desse processo e “passível de revisão e de constantes ressignificações, definindo-se, essencialmente, pelo tipo de compromisso, de ideal e de meta com os quais o indivíduo vincula-se e identifica-se” (Valore, 2010, p. 65). Nessa identidade estariam imbuídos aspectos conhecidos como habilidades e potencialidades. O pressuposto é o de que todo indivíduo nasce com uma série de potencialidades que podem vir a se desenvolver ao longo de sua existência. Tais potencialidades transformam-se nas habilidades por meio de desenvolvimento ou treinamento (Neiva, 2007). No momento de uma escolha profissional, a discriminação de tais habilidades pode ser um fator primordial para que realize a melhor escolha possível.

Segundo Carvalho (1995), foi no final da década de 1970 e início de 1980 que os profissionais começaram a perceber a necessidade de ampliação da Orientação Profissional a estratos da população que não apenas jovens advindos de condições econômicas e sociais privilegiadas. Porém, na prática, estes continuam sendo o maior público-alvo dos orientadores. E, mesmo na literatura, até os dias atuais prevalecem as contribuições referentes à primeira escolha profissional e que visam o acesso ao ensino superior (Carvalho, 1995; Greca, 2000; Melo-Silva & Jacquemin, 2001; Moura, 2004; Neiva, 2007; Soares, 1999).

Uma diversificação ainda que incipiente deste quadro começa a se esboçar com trabalhos voltados, por exemplo, para pessoas que querem escolher uma profissão mas não necessariamente realizar uma formação educacional de nível universitário (Ivatiuk, 2004; Ivatiuk & Amaral, 2007); indivíduos que desejam aprender estratégias que lhes permitam melhor inserção no mundo profissional (Sarriera, Meira, Berlim, Bem, & Câmara, 1999); ou então que necessitam de reorientação de suas carreiras, pois se encontram exercendo atividade profissional insatisfatória, por não conseguirem se colocar no mercado, terem sido demitidos, ou ainda, não terem se adaptado à condição de aposentaria e desejam voltar ao mercado de trabalho (Araújo & Sarriera, 2004; Barros, 2003; Canedo, 2000; Garcia, 2000). Dentro do espectro de temas contemplados na literatura de OP há que se destacar ainda os trabalhos cujo objeto de estudo são indivíduos portadores de doenças crônicas (Brito & Barros,

2008), pacientes psicóticos (Ribeiro, 2004), pessoas com níveis elevados de ansiedade e depressão (Lassance, 2005), ou pessoas com deficiências (Clemente, 2008; Moreira, Michels, & Colossi, 2006)

As pessoas com deficiência, como todos os indivíduos que não atendem aos padrões de “normalidade”, têm sido ora excluídas ou estigmatizadas pelas sociedades, ora tratadas com tolerância e caridade, dentro de uma visão assistencialista (Clemente, 2008). Foi só muito recentemente na História da Humanidade que passaram a participar, de forma mais significativa, da vida social e do mundo do trabalho, auxiliadas por programas de reabilitação e treinamento profissional em que se busca desenvolver habilidades e potencialidades (Clemente, 2008; Moreira et al., 2006). Efetivamente, estas mudanças atingiram seu ápice no século XX, com os avanços tecnológicos e científicos e uma crescente postura social de aceitação e busca do bem-estar de todos os indivíduos (Clemente, 2008). Nesse contexto ganharam relevância temas tais como direitos humanos e cidadania, defendidos por órgãos e instituições de caráter global, como por exemplo a Organização das Nações Unidas (ONU), e cujas iniciativas de apoio a programas de reabilitação, produção de conhecimento e legislações sobre as pessoas portadoras de deficiência são implementadas por meio da atuação de suas agências, tais como: a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com a definição da ONU, a expressão “pessoa portadora de deficiência” deve identificar o indivíduo que devido aos “déficits” mentais ou físicos, não possa satisfazer de forma parcial ou total, as suas necessidades vitais e sociais, como fariam os demais indivíduos. Uma definição mais específica, em que o foco é o trabalho, é fornecida pela OIT. De acordo com esta agência, o termo deficiente refere-se a “toda pessoa cujas possibilidades de conseguir e manter um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada” (Costalatt, 2003, p. 31).

No âmbito nacional, o decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamenta a Lei 7853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe “sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, e sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência” (Brasil, 1999). De acordo com o referido decreto, a deficiência deve ser entendida como: “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado

normal para o ser humano”. Estando aí incluídas pessoas que apresentam deficiência física, auditiva, visual e/ou mental, de natureza permanente ou transitória ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)).

No que concerne à incidência, o Censo demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2000), apontou que 14,5% da população total brasileira têm algum tipo de deficiência ou incapacidade, principalmente na idade produtiva. Ou seja, no momento de realizar a inserção no mercado de trabalho. A transição da escola para a vida profissional é um processo orientado para resultados e que abrange uma ampla gama de serviços e experiências que levam ao emprego. No caso do indivíduo portador de deficiência, é um período que pode incluir desde o ensino fundamental até a educação de nível superior; ou então serviços complementares de formação profissional para adultos e os primeiros anos de emprego. Por transição, entende-se a passagem de uma situação de segurança, que conta com a estrutura oferecida pelo sistema educacional, para as oportunidades e riscos da vida adulta (Levinson & Ohler, 1998). Além disso, as transições de sucesso costumam acontecer em contextos particulares, com o auxílio de reabilitação profissional ou a supervisão das atividades laborais, num primeiro momento (Johnson, Mellard, & Lancaster, 2007).

Embora as discussões sobre a questão da inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho datem de longo tempo, foi somente a partir da aprovação de leis específicas que asseguram esse direito às pessoas com deficiência que elas começaram a ser implementadas. No Brasil, isso ficou reconhecido por meio da Lei de Cotas (Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991), que visa garantir ao portador de deficiência, dispositivos legais para um espaço no mercado de trabalho pela via da empregabilidade, reservando um percentual de cotas proporcionalmente ao número de funcionários de uma empresa (Brasil, 1991). Por exemplo, se a empresa possuir até 200 empregados, 2% dessas vagas devem ser destinadas a pessoas com deficiência.

Em termos de educação profissional, na realidade brasileira, é comum que ocorra a formação de pessoas com deficiências por intermédio de programas que incluem oficinas pedagógicas e/ou instituições de ensino especial (Costallat, 2003; Tanaka & Manzini, 2005). Estes são especialmente relevantes, na medida em que se sabe que as pessoas com deficiências, que estão inseridas no mercado de trabalho e atuam em situações semelhantes aos seus pares, têm mais condições do que aqueles, de ampliar o seu repertório comportamental, inclusive sob o aspecto dos relacionamentos sociais (Mendes, Nunes, Ferreira, & Silveira, 2004). Apesar dos benefícios que possam trazer, há críticas em relação aos procedimentos

desenvolvidos, pois nem sempre há o preparo profissional e social adequado no que concerne ao desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para o mercado de trabalho (Toldrá & Sá, 2008). Percebe-se, com isso, que o indivíduo não tem a mesma chance de inserção que pessoas sem deficiência, e, por consequência, a despeito de suas potencialidades, busca respaldo na Lei de Cotas. Vale ressaltar, todavia, que ela não garante que o indivíduo irá conseguir se manter atuando (Araujo & Schimidt, 2006; Tanaka & Manzini, 2005).

Como todo processo de mudança social, que depende da superação de preconceitos e de mudança de visão, a inserção no mundo do trabalho de pessoas com deficiência tem se realizado de forma progressiva. Para isso estão contribuindo além dos já mencionados, aperfeiçoamento gradativo da legislação e aumento de convivência no ambiente de trabalho, os cursos preparatórios e de formação que promovem o desenvolvimento de competências, assim como processos de Orientação Profissional (OP) adequados às necessidades específicas destas pessoas.

No que concerne à produção científica da área de OP de pessoas com deficiência, existem contribuições relevantes, ainda que dispersas por diferentes fontes de informação, nacionais e estrangeiras. Com isso, possíveis consensos e lacunas existentes quanto ao processo e eficiência dos procedimentos e práticas de OP com este estrato da população, permanecem uma incógnita. Da mesma forma, as respectivas tendências e potencialidades precisariam ser identificadas para que avanços na área venham a ser implementados.

Uma das formas de se realizar estudos científicos sobre determinada área do conhecimento é por meio de pesquisas que busquem organizar o que já foi publicado sobre tal campo, com a finalidade de conhecer quais são os aspectos já estudados e fazer reflexões e análises críticas sobre eles (Abade, 2005; Marques, Carneiro, Andrade, Martins, & Gonçalves, 2008; Melo-Silva, Bonfim, Esbrogeio, & Soares, 2003; Mendes et al., 2004; Noronha & Ambiel, 2006; Noronha et al., 2006; Teixeira, Lassance, Silva, & Bardagi, 2007). É através dessa modalidade de pesquisa que se consegue demonstrar o quanto a área se desenvolveu e se aprimorou (Teixeira et al., 2007), e também apontar as áreas que precisam de maior estudo e desenvolvimento (Noronha et al., 2006).

Em relação à Orientação Profissional há pesquisas que abrangeram desde uma ampla revisão sobre a área (Noronha & Ambiel, 2006), a alguns mais específicas, que fazem levantamentos sobre pesquisas apresentadas como teses e dissertações (Noronha et al., 2006), ou ainda a produção científica de um periódico especializado (Teixeira et al., 2007). No entanto, poucos trabalhos focalizam

temas concernentes à escolha profissional e o trabalho com pessoas portadoras de necessidades especiais (Marques et al., 2008). E, mais raros ainda, são os de levantamento de produção. De conhecimento dos autores tinha-se, até o início da presente pesquisa, apenas o trabalho de Mendes et al. (2004), que procurou analisar a questão da inserção profissional a partir de pesquisas veiculadas em 18 dissertações de mestrado, no período de 1990 a 1999. Os resultados daquela pesquisa apontaram trabalhos de orientação profissional executados em instituições especializadas e com indivíduos portadores de deficiência mental leve. Sugeriram a necessidade de estudos com outros tipos de deficiência e com maior diversidade metodológica e também em ambientes normais, como apoio para a inclusão social.

Com o intuito de obter um panorama geral da produção científica da última década, referente ao campo da orientação profissional de pessoas com deficiência, este trabalho teve como objetivo descrever e analisar a produção disponível nas bases de dados nacionais e estrangeiras, no período de 2000 a 2009. Considerou-se que o foco deveria ser a produção científica disponível em bases de dados e portais eletrônicos, por se tratar de material avaliado por pares, oferecer acesso universal e por consequência, contar com um maior poder de impacto sobre as práticas e pesquisas da área.

### Método

#### Material

Utilizou-se como fonte de pesquisa bases de dados e portais eletrônicos, os quais estão organizados como de acesso público ou restrito. Como base de acesso restrito foi utilizada a PsycINFO e de acesso público, a Eric e a BVS-Psi. Sendo que por meio desta última é possível acessar as produções do Pepsic e Scielo. Para a literatura nacional, também foi utilizado o banco de Dissertações e Teses do Portal Capes. Em relação aos trabalhos estrangeiros, considerou-se inviável acessar teses e dissertações completas, portanto, este tipo de referência limitou-se às brasileiras. Em relação a livros e capítulos de livros, além dos acessados nas bases de dados ( $n=2$  livros e  $n=2$  capítulos), recorreu-se a alguns na versão em papel devido à relevância que tinham para a pesquisa e por se constituírem obras de referência na área. São eles: Pigatto, Klein e Wisnesky (2000), Costallat (2003), Montobbio e Lepri (2007) e Clemente (2008).

#### Procedimento

Para o acesso da produção foram utilizados os seguintes descritores em português: Orientação Profissional,

Orientação Vocacional, Escolha Profissional, Inserção Profissional, Inclusão, Pessoas com deficiência, Escolha profissional e deficientes e Populações Especiais. Para a produção estrangeira foram utilizados apenas descritores em inglês: *Vocational Guidance*, *Vocational Choice*, *Special Population*, *Handicap e Disabilities*. O período de tempo pesquisado foi de 2000 a 2009, sendo que neste último ano apenas foram analisadas teses e dissertações, uma vez que os outros tipos de produção levam um pouco mais de tempo para estarem disponíveis nas bases de dados. Do total de referências acessadas foram selecionadas as que atendiam os objetivos da pesquisa. Resultaram da literatura nacional: 20 artigos, quatro livros e seis dissertações e/ou teses; e da estrangeira: 21 artigos, dois capítulos de livros e dois livros completos, totalizando 55 referências.

Para a análise das referências organizou-se um formulário adaptado a partir dos desenvolvidos por Santeiro (2005). Cada referência foi categorizada em relação às seguintes variáveis: origem (nacional ou estrangeira); tipo da produção (artigo e periódico, tese ou dissertação, capítulo de livro, ou livro); natureza do trabalho (estudo empírico, relato de experiência, revisão de literatura, trabalho teórico e trabalho teórico ilustrado). Como estudos empíricos podem seguir diferentes delineamentos metodológicos foram criadas as seguintes categorias: levantamento, correlacional, quase-experimental, experimental, estudo de caso e meta-análise.

Para os estudos empíricos, relato de experiência e trabalhos teóricos ilustrados foram criadas categorias para o tipo de população-alvo estudada: especial (com algum tipo de deficiência), outras (familiares, profissionais, amigos, etc. de pessoas com deficiências), ou ambas. Em relação às amostras com necessidades especiais procurou-se identificar a faixa etária: Adolescente (14 a 18 anos); Adulto Jovem (19 a 30 anos), Adulto (31 a 59 anos) e Idoso (acima de 60 anos). Essa divisão foi baseada nos critérios em geral apresentados nos trabalhos de Orientação Profissional (Neiva, 2007; Soares, 2002). As amostras foram ainda categorizadas quanto ao tipo de deficiência: física, visual, auditiva, mental e múltiplas deficiências. O método de intervenção foi categorizado como sendo: individual ou grupal e se as intervenções eram feitas em clínicas particulares, instituições especializadas ou clinica-escola. Em relação ao processo de intervenção, bem como as técnicas utilizadas, procurou-se avaliar: se foram adaptados para a população descrita a partir de intervenções desenvolvidas para outros tipos de pessoas, ou se foram organizados especificamente para esta população.

A análise da orientação teórico/prática foi organizada em cinco categorias: psicanalítica, psicodramática, histórico-social, comportamental e psicopedagógica. Sobre o

tipo de atuação desenvolvida no trabalho de Orientação Profissional procurou-se analisar quatro categorias principais, que são frequentemente encontradas na literatura específica (Soares, 2002): Orientação Profissional para primeira escolha, Inserção Profissional, Reorientação Profissional e Mercado de Trabalho.

### Resultados e Discussão

Dos 55 trabalhos selecionados, 54,6% pertenciam à literatura nacional ( $n = 30$ ) e 45,4% à estrangeira ( $n = 25$ ). Em relação ao tipo de produção, 75% eram artigos ( $n = 41$ ), sendo que entre os nacionais representavam 67% ( $n = 20$ ) e entre os estrangeiros, 84% ( $n = 21$ ). Em relação aos livros, foram acessados quatro nacionais (só livros) e quatro estrangeiros (dois livros e dois capítulos), o que corresponde a 15% da amostra total. Teses e dissertações ( $n = 6$ ) representaram 20% da amostra nacional.

Considerando que o levantamento da produção abrangeu uma década, as amostras são pequenas, se comparadas a outras áreas da psicologia. Uma das possíveis razões seria o método empregado. Isto é, o acesso via bases de dados eletrônicas abrange naturalmente apenas parte da produção científica da área, especialmente no Brasil, onde só mais recentemente tem havido um movimento de incorporação dos periódicos a elas, e mesmo assim, apenas fascículos de anos mais recentes. O mesmo pode ser dito de teses e dissertações, posto que a maioria dos Programas de Pós Graduação não disponibiliza a totalidade do acervo da última década, no Portal Capes. E quanto a livros e capítulos de livros, com exceção da PsycINFO, não são disponibilizados nas bases de dados, sendo, em alguns casos, acessáveis via internet em sítios dos próprios autores. Os chamados *e.books* constituem ainda um contingente muito limitado, se comparados à versão tradicional em papel.

Outro fator que deve ter contribuído para o tamanho reduzido da amostra diz respeito aos limites que descritores impõem. Apesar de se ter buscado utilizar o maior número possível, o acesso aos trabalhos fica restrito naturalmente àqueles cuja indexação coincida com os descritores utilizados na presente pesquisa. E, em relação à literatura estrangeira, apesar de se ter inicialmente acessado um grande número de referências, verificou-se que a maioria se reportava a pessoas portadoras de distúrbios mentais, tais como, por exemplo, esquizofrenias e transtornos do humor, que na nossa realidade não são incluídos no rol das deficiências. Se de um lado o método de acesso à produção científica limitou o tamanho da amostra, é preciso destacar que os critérios de indexação das bases de dados auxilia a garantir a qualidade dos mesmos. E nessa medida, acredita-se que o tamanho reduzido da amostra seria

compensado pela maior confiança que se pode depositar nos resultados encontrados.

Em relação aos periódicos nacionais, a Revista Brasileira de Educação Especial (30%) e a Revista Brasileira de Orientação Profissional (20%), foram os que mais publicaram artigos relacionados à orientação profissional de pessoas com deficiência. Somados, eles contêm cerca de 50% das referências encontradas. No que se refere ao conteúdo, tratam de questões teóricas ou de revisões de literatura, não havendo nenhum estudo empírico. De forma contrastante, os periódicos menos especializados, que aceitam artigos de todas as áreas da Psicologia, e que somam os outros 50% das referências, publicaram estudos empíricos ( $n = 3$ ), ou relatos de experiência da área ( $n = 1$ ).

Também houve maior incidência de artigos nos periódicos estrangeiros mais específicos da área de Orientação Profissional como, o *The Career Development Quarterly* (28,6%) e o *Journal of Employment Counseling* (19%); sendo que o primeiro traz, especificamente, revisões sistemáticas anuais de literatura sobre Orientação Profissional. Outros periódicos foram: o *Rehabilitation Counseling Bulletin* (19%) e o *Teaching Exceptional Children* (14,3%).

### Natureza dos Trabalhos

Em relação à natureza dos trabalhos, as categorias foram organizadas tendo como modelo a classificação proposta por Santeiro (2005), como: empírica, relato de experiência, revisão de literatura, teórica e teórica ilustrada, conforme explicado no método.

Tanto nos periódicos brasileiros quanto estrangeiros predominaram trabalhos empíricos ( $n = 24$ ), correspondendo a 43% do total. Nos nacionais os artigos de revisão de literatura aparecem em segundo lugar ( $n = 6$ , 20%) e nos estrangeiros, os Relatos de Experiência ( $n = 6$ , 24%). E em relação ao total de referências, as Revisões de Literatura atingiram 20%, demonstrando que a busca pelo estado da arte dos campos de conhecimentos pesquisados despertam interesse na comunidade científica. Porém, dos estudos nacionais, apenas um deles é uma revisão sistemática de Orientação Profissional de pessoas com deficiência (Mendes et al., 2004). Os demais trabalhos de revisão focalizaram a OP em geral, ou apenas pessoas com deficiências, não integrando os dois temas (Marquezan, 2008; Noronha & Ambiel, 2006).

A categoria Relato de Experiência, segunda mais frequente entre as estrangeiras e a terceira do total ( $n = 10$ , 18%), é também bastante relevante como contribuição ao campo, pois permite que profissionais da área e pesquisadores acompanhem as iniciativas e inovações técnicas. Especialmente em áreas novas do conhecimento, como são os processos de orientação profissional de

pessoas portadoras de deficiência, o compartilhamento das experiências costuma ser uma etapa necessária para o aprimoramento e desenvolvimento das novas técnicas e estratégias. Com isso cria-se uma dinâmica para o progresso dos conhecimentos.

Embora seja a quarta categoria mais freqüente ( $n = 8$ , 15%), não se pode deixar de falar dos trabalhos de natureza teórica, pois são em geral produzidos por pesquisadores com ampla experiência que sistematizam o conhecimento e, por meio do exercício da reflexão e da crítica, conferem-lhe maior profundidade. Tanto entre os nacionais quanto entre os estrangeiros a categoria menos encontrada foi a teórica ilustrada ( $n = 2$ ), correspondendo apenas a 4% do total, indicando que aí há uma carência de pesquisas.

A variabilidade em relação à natureza dos trabalhos sugere que apesar de se tratar de uma nova área de estudos, a OP de pessoas com deficiência tem merecido atenção da comunidade científica. Ao lado das iniciativas jurídicas e sociais que, como referido, vêm garantindo a essas pessoas condições de trabalho e alternativas de inserção social, a investigação científica sistemática pode contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de forma a atingir mais plenamente seus objetivos.

Os Estudos Empíricos ( $N = 24$ ) foram ainda classificados em seis categorias metodológicas: Levantamento, Correlacional, Quase-Experimental, Experimental, Estudo de Caso e Meta-Análise (Santeiro, 2005). Não foi localizado nenhum estudo com a metodologia Meta-Análise. O mais freqüente foi o de levantamento que correspondeu a 62% dos trabalhos. Estes foram seguidos pelos de delineamento Quase-Experimental, Correlacional e Estudos

de caso que representaram, respectivamente, 17%, 13% e 8% da amostra total.

Estudos de levantamento fornecem uma descrição quantitativa e/ou qualitativa de uma determinada realidade ou fenômeno, sem que haja manipulação de variáveis pelo pesquisador (Santeiro, 2005). São especialmente úteis nos estágios iniciais de investigações de uma determinada área do conhecimento, pois permitem que se trace o perfil da população-alvo, ou que se conheça as relações existentes entre uma ou mais variáveis que caracterizam esta população. Neste sentido, seu predomínio não chega a surpreender e mostra-se compatível com o estágio de conhecimentos da OP de pessoas com deficiências. Por outro lado, verifica-se a necessidade de avanços na sofisticação metodológica das investigações, com a implementação de estudos que envolvam delineamentos que permitam o teste de hipóteses e a avaliação da eficiência e/ou eficácia dos procedimentos utilizados.

### População alvo

Os trabalhos classificados como de natureza empírica ( $n = 24$ ), relato de experiência ( $n = 10$ ) e teórica ilustrada ( $n = 2$ ) foram analisados ainda, em função do tipo de população-alvo (Tabela 1). A categoria *especial* incluiu trabalhos cujas amostras eram formadas por portadores de algum tipo de necessidade especial; a categoria *outros* incluiu amostras de pessoas que atuam junto a populações especiais (pais, professores ou empregadores), e a categoria *ambos*, trabalhos em que pessoas da categoria *outros* eram comparadas a pessoas com deficiências em relação a uma ou mais habilidades.

Tabela 1

Distribuição do tipo de população-alvo nos Estudos Empíricos ( $n = 24$ ), Relato de Experiência ( $n = 10$ ) e Teórico Ilustrado ( $n = 2$ )

Origem	Nacional		Estrangeira		Total	
	F	F%	F	F%	F	F%
População Alvo						
Especial <sup>1</sup>	10	53	11	64	21	58
Outros <sup>2</sup>	4	21	3	18	7	19
Ambos <sup>3</sup>	5	26	3	18	8	23
Total	19	100	17	100	36	100

(1) pessoas com deficiências; (2) profissionais e familiares; (3) pessoas com deficiência, profissionais e/ou familiares.

Tanto nos trabalhos nacionais quanto estrangeiros, conforme o esperado, predominaram os da categoria *especial* (58% do total) (Tabela 1), que têm como foco exatamente as pessoas com deficiência, com suas necessidades e potencialidades. Quanto aos 19% da categoria *outros* (instituições especializadas, pais, empregadores e

professores que atuam diretamente com as Pessoas com deficiência), mostram que os pesquisadores também estão atentos às pessoas que lidam e ajudam no desenvolvimento das que apresentam deficiências. Como estas últimas, eles também se encontram envolvidas nas questões atinentes à deficiência. Seja no que se refere ao ônus de

suas limitações, seja no que respeita às suas habilidades e potencialidades.

Apenas duas faixas etárias, das quatro previstas, foram identificadas nos estudos: adolescente (14%) e adulto jovem (34%). A mais freqüente foi justamente a das duas em conjunto, ou seja, “vários” (45%), sendo que 7% não traziam a faixa etária dos participantes. A maior incidência de estudos com adultos jovens deve-se, provavelmente, ao fato de que indivíduos com deficiência podem levar um pouco mais de tempo para se escolarizar e se inserir no mundo do trabalho, o que estaria sendo refletido nos estudos de Orientação Profissional com esta parcela da população (Lindstrom et al. 2008), diferentemente dos que têm como alvo, pessoas sem deficiências, cuja maior incidência ocorre na adolescência (Neiva, 2007; Valore, 2003).

A maioria dos trabalhos ( $n = 19$ ) incluía amostras com participantes de ambos os sexos (66%). Esta também é a realidade dos estudos com adolescentes sem deficiência, onde a questão da escolha profissional se coloca na atualidade como uma necessidade para homens e mulheres, que precisam encontrar espaço no mercado profissional, que sejam compatíveis com suas necessidades, anseios e habilidades (Couto, 2007; Ivatiuk, 2004; Moura, 2004). Apenas na literatura estrangeira houve estudos que se referiam especificamente a um dos sexos: feminino ( $n = 2$ , 15%) ou masculino ( $n = 1$ , 8%), porém os autores que se utilizaram dessa estratégia, não justificaram o porquê de suas escolhas.

Em relação à definição do tipo de deficiência, 77% dos trabalhos estrangeiros tinham como foco deficiências múltiplas ( $n = 18$ ) e os demais não especificaram ( $n = 3$ , 23%). Entre os nacionais, as deficiências múltiplas também foram as mais tratadas ( $n = 8$ , 49%); seguidas da deficiência física ( $n = 3$ , 29%), mental e visual, com 13% ( $n = 2$ ) cada uma. A deficiência auditiva foi especificamente focalizada em apenas um estudo (6%). Porém, como as demais, aparece citada em estudos sobre deficiência múltipla (Tien, 2007; Whiston & Brecheisen, 2002).

Pessoas com deficiências múltiplas são efetivamente as que necessitam de mais cuidados e atenção de familiares e que demandam maior especialização e recursos das equipes técnicas responsáveis pelos diferentes tratamentos e programas aos quais devem se submeter. No caso específico da OP, os procedimentos e processos de intervenção requerem inúmeras adaptações, de forma a superar os obstáculos impostos pela presença das deficiências propriamente ditas e chegar a contemplar adequadamente as habilidades e potencialidades das pessoas assistidas.

## Modelo Teórico

Descrever de forma sistemática o referencial teórico-técnico utilizado, seja em termos de discussão deste ou como informação sobre como a prática era embasada, não foi objetivo principal da maior parte dos trabalhos, e, portanto, 80% não o especificaram. Dentre os que o fizeram, há os trabalhos de Campos (2006) e o de Pereira (2006), da abordagem comportamental e o de Mota (2003), de orientação psicanalítica. Quanto os enfoques, psicodramático (Lucchiari, 1993; Soares, 2002) e social (Bock, 2002; Ferreti, 1997), apesar de aparecerem com certa freqüência em publicações de OP de pessoas sem deficiências, não foram encontrados no presente trabalho, nem mesmo quando vários referenciais teórico-técnicos eram abordados. A falta de referência ao modelo teórico-técnico se deve provavelmente ao caráter empírico das iniciativas, em que os profissionais se guiam muito mais pelas suas práticas e vivências no dia-a-dia com pessoas com deficiências do que pela reflexão teórica. Movidos por necessidades práticas, tentam adaptar ou criar procedimentos para superar obstáculos ou favorecer o desenvolvimento de habilidades específicas.

## Características do Processo de Orientação Profissional

Os procedimentos de intervenção de sujeitos únicos foram predominantes tanto entre os estudos nacionais quanto estrangeiros (respectivamente, 56% e 70%). Isto se justifica na medida em que atendimentos em grupo nem sempre atendem as necessidades específicas de cada participante (Hagner, McGahie, & Cloutier, 2001), ainda que possam atingir, a cada vez, um número maior de participantes (Carvalho, 1995; Lassance, 1999; Ivatiuk, 2004; Montobbio & Lepri, 2007). Outra alternativa é a combinação das duas modalidades, como verificado em alguns trabalhos ( $n = 5$ , 17%) da amostra total.

A análise dos Estudos Empíricos, Relato de Experiência e Teórico Ilustrado indica que os processos de OP têm sido realizados em instituições especializadas ( $n = 26$ , 91%), que são de fato freqüentadas por grande parte deste tipo de população (Araujo & Schimidt, 2006; Mendes et al., 2004; Quintão, 2005). Além disso, são elas que dispõem de profissionais preparados e responsáveis pela habilitação e o encaminhamento profissional dos usuários. No entanto, quando se pretende conhecer mais detalhadamente a natureza do processo de Orientação Profissional oferecido, a maior parte dos estudos não fornece detalhes sobre exatamente o que é feito, motivo pelo qual 17 trabalhos foram incluídos na categoria *não especificado* (59%).

Por outro lado, nos estudos em que foram fornecidos detalhes dos procedimentos, 34% adaptaram-nos de técnicas utilizadas com pessoas sem deficiências, enquanto apenas 7% organizaram-nos para esta população de forma específica. Como exemplo, cita-se Lindstrom et al. (2008), que desenvolveram um jogo composto por cartões com pessoas famosas com deficiências e os seus interesses e ocupações. Dada a relevância que técnicas e procedimentos adequados às necessidades das pessoas com deficiências ganham em procesos de OP, seria necessário que mais pesquisas nesse sentido viessem a ser realizadas (Lisboa, 2000).

Uma outra forma de analisar as publicações sobre OP é verificando a natureza da demanda por este tipo de atendimento, dividida em: Primeira Escolha, Inserção Profissional, Reorientação Profissional e Mercado de Trabalho. Como se tratam de modalidades existentes na prática da OP, mas nem sempre bem conceituadas, adotou-se para fins do presente trabalho as seguintes definições para estas categorias de análise: Primeira escolha – quando a OP visa pessoas que procuram definir melhor seu interesse e potencialidades para entrar no mercado de trabalho; Inserção Profissional – quando a escolha pela profissão já

foi feita e a pessoa precisa ser preparada para competir no mercado de trabalho. O objetivo também é o de auxiliar e acompanhar o indivíduo nas suas tentativas de se inserir no mercado de trabalho; 3. Reorientação Profissional – quando o objetivo é a redefinição da carreira em termos de novas perspectivas; 4. Mercado de Trabalho – quando o objetivo é a compreensão da realidade do mercado e análise de como ele se configura em um determinado momento; 5. Várias – quando mais de uma das categorias anteriores eram satisfeitas; 6. Não Especificado – quando o motivo da demanda por OP não era o objeto do estudo.

A Tabela 2 mostra que os trabalhos voltados para mais de um tipo de demanda por OP (categoria Várias), foram os mais frequentes tanto entre as publicações nacionais (30%) quanto estrangeiras (48%). São exemplos, alguns manuais como os de Cummings, Maddux e Casey (2000) e o de Beech (2002). E dentre as nacionais, ao lado da categoria Várias, a intitulada, Mercado de Trabalho, foi igualmente representada (30%). São em geral, pesquisas realizadas com empregadores e/ou pais e/ou professores que atuam com pessoas com deficiência e não diretamente com elas.

Tabela 2

*Distribuição das referências de acordo com a origem (nacional/estrangeira) e o tipo de trabalho em orientação profissional*

Origem	Nacional		Estrangeira		Total	
	F	F%	F	F%	F	F%
Tipo de trabalho em Orientação Profissional						
Primeira Escolha	5	17	2	8	7	13
Inserção profissional	7	23	10	40	17	31
Reorientação Profissional	0	0	0	0	0	0
Mercado de Trabalho	9	30	1	4	10	18
Vários	9	30	12	48	21	38
Não Especificado	0	0	0	0	0	0
Total	30	100	25	100	55	100

A categoria Inserção Profissional foi a segunda mais frequentemente encontrada nas publicações estrangeiras (40%). Sendo que dentre estas podem estar estratégias como o desenvolvimento de habilidades necessárias para o exercício de funções, como as relatadas por Hagner et al. (2001). Os autores orientaram grupos de pessoas portadoras de múltiplas deficiências, por três anos, e as acompanharam até o momento de inserção no mercado de trabalho.

Sabe-se que a questão da primeira escolha profissional, que compreende os trabalhos de OP que visam auxiliar principalmente adolescentes e jovens, é um dos

temas mais comumente discutidos na literatura científica de OP (Bohoslavsky, 1993; Bock, 2002; Bock & Aguiar, 1995; Carvalho, 1995; Ferreti, 1997; Ivatiuk, 2004; Levenfus, 1997; Lucchiari, 1993; Melo-Silva & Jacquemin, 2001; Moura, 2004; Mello, 2002; Neiva, 2007). Porém, na presente pesquisa esta foi apenas a quarta categoria mais frequente (11%), notando-se que a literatura nacional teve um índice superior (17%) do que a estrangeira (8%). O mesmo se pode dizer dos estudos de Reorientação Profissional, relativamente frequentes dentre os trabalhos de OP voltados para pessoas



sem deficiências (por exemplo, Barros, 2003), e que não foram identificados nesta pesquisa. Uma explicação possível, seria a de que a inserção da pessoa com deficiência já tem suas dificuldades e uma reopção é provavelmente uma situação rara, nesta população.

### Considerações Finais

A título de considerações finais são destacados a seguir os pontos mais relevantes da revisão da literatura efetuada, dando-se maior ênfase à produção nacional. Antes, porém é preciso reenfatar alguns limites da pesquisa e seus reflexos sobre os resultados. Conforme mencionado, a coleta de dados baseada quase que exclusivamente em bases de dados eletrônicas certamente reduziu o escopo de publicações disponíveis, especialmente no que concerne à literatura nacional. Some-se a isso a questão, já apontada, do uso de descritores para o acesso às obras. Com isso, é possível que várias delas tenham sido ignoradas, com prejuízo sobre o perfil que se procurou traçar dos estudos de OP de pessoas com deficiências. Um segundo fator está relacionado ao viés imposto pelo instrumento utilizado para a avaliação do material. Os itens que compuseram o formulário de coleta de dados permitiram a análise de aspectos específicos da produção científica ao mesmo tempo que deixaram de lado muitos outros, eventualmente mais relevantes para uma avaliação fidedigna dos desenvolvimentos da área. E, finalmente, cabe mencionar que ao não se considerar na literatura estrangeira os trabalhos que focalizavam pessoas portadoras de distúrbios de personalidade ou com doenças mentais, certamente se introduziu um viés aos dados estrangeiros, que teve o volume de sua produção subestimado.

Tendo portanto em mente esses e outros eventuais limites da pesquisa, é possível dizer que a revisão realizada permitiu identificar algumas características da produção

científica existente sobre OP de pessoas com deficiência e também apontou algumas lacunas. Os resultados sugeriram que a produção vem sendo veiculada principalmente por meio de artigos em periódicos especializados e também não-especializados das áreas de Psicologia e de Educação. Especificamente em relação aos nacionais, muitos estudos foram inicialmente objeto de dissertações e teses, que como se sabe, nem sempre são seguidos por outros estudos, uma vez que muitos alunos, após obterem seus títulos, abandonam as atividades de pesquisa, ou ainda, têm o seu interesse voltado para outros temas, em decorrência do desenvolvimento de suas carreiras.

Em relação à sofisticação dos delineamentos de pesquisa empregados no Brasil, é possível antever que eles se tornarão gradativamente mais refinados, acompanhando a tendência já observada nos estudos estrangeiros. Efetivamente, esses últimos já apresentam delineamentos mais elaborados e empregam amostras mais representativas quando comparados aos nacionais. Observa-se ademais que os limites das investigações são geralmente pouco enfatizados, o que pode levar a interpretações e generalizações indevidas. Deve-se todavia ressaltar que esta não é uma característica exclusiva da área de OP, mas atinge a maioria das subáreas da psicologia, o que reflete, de um lado, uma relativa imaturidade científica de parcela dos pesquisadores, e de outro, dificuldades enfrentadas para se realizar estudos metodologicamente sofisticados que demandariam maior suporte financeiro e institucional.

Outro ponto a destacar diz respeito ao número relativamente baixo de trabalhos descrevendo ou propondo procedimentos bem detalhados para os processos de OP de pessoas com deficiência. O mais importante é que, independente da proposta ser de trabalho individual ou grupal, que haja um detalhamento suficiente da técnica para guiar os profissionais da área e também para permitir que pesquisadores possam reproduzi-la em seus estudos.

### Referências

- Abade, F. L. (2005). Orientação Profissional no Brasil: Uma revisão histórica da Produção Científica. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(1), 15-24.
- Araújo, A. S., & Sarriera, J. C. (2004). Redirecionamento da carreira profissional: Uma análise compreensiva. In J. C. Sarriera, K. B. Rocha, & A. Pizzinato (Orgs.), *Desafios do mundo do trabalho: Orientação, inserção e mudanças* (pp. 135-158). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Araujo, J. P., & Schmidt, A. (2006). A inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: A visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12, 241-254.
- Barros, D. T. R. (2003). Migração profissional. In L. L. Melo-Silva, M. A. Santos, J. T. Simões, & M. C. Avi (Orgs.), *Orientação profissional: Teoria e técnica: Vol. 1. Arquitetura de uma ocupação* (pp. 261-270). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Beech, M. (2002). *Accommodations and modifications for students with disabilities in vocational education and adult general education*. Flórida: Departamento de Educação.

- Bock, A. M. B., & Aguiar, W. M. J. (1995). Por uma prática promotora de saúde em orientação vocacional. In A. M. B. Bock et al. (Orgs.), *A escolha profissional em questão* (pp. 9-23). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bock, S. D. (2002). *Orientação profissional: A abordagem sócio-histórica*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Bohoslavsky, R. (1993). *Orientação profissional: A estratégia clínica* (10a ed., J. M. V. Bojart, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1977)
- Brasil. (1991). *Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991*. Recuperado em 05 maio 2009, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm)
- Brasil. (1999). *Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Recuperado em 01 setembro 2009, de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>
- Brito, D. C. S., & Barros, D. T. R. (2008). A orientação profissional como método terapêutico e reabilitador de pacientes portadores de doenças crônicas. *Revista Brasileira Orientação Profissional*, 9(2), 141-148. Recuperado em 05 outubro 2009, de [http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902008000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902008000200012&lng=pt&nrm=iso)
- Campos, J. A. (2006). *Programa de Habilidades Sociais em situação natural de trabalho de pessoas com deficiência: Análise dos efeitos*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Canedo, I. R. (2000). Reorientação profissional na aposentadoria. In M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação profissional em ação: Formação e prática de orientadores* (pp. 183-200). São Paulo: Summus Editorial.
- Carvalho, M. M. (1995). *Orientação profissional em grupo: Teoria e técnica*. Campinas: Editorial Psy II.
- Clemente, C. A. (2008). *Trabalho decente: Leis, mitos e práticas de inclusão*. São Paulo: Editora do Autor.
- Costallat, F. L. (2003). *O direito ao trabalho da pessoa deficiente: Manual de orientação, legislação e jurisprudência*. Campinas: Fundação Síndrome de Down.
- Couto, C. P. (2007). Orientação profissional numa escola particular: De atividade extraclasse à grade curricular do ensino médio. In D. T. Barros, M. T. Lima, & R. Escalda (Orgs.), *Orientação profissional: Teoria e técnica: Vol. 3. Escolha e inserção profissionais: Desafios para indivíduos, famílias e instituições* (pp. 181-194). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Cummings, R., Maddux, C. D., & Casey, J. (2000). Individualized transition planning for students with learning disabilities. *The Career Development Quarterly*, 49, 60-72.
- Ferreti, C. (1997). *Uma nova proposta de orientação profissional* (3a ed.). São Paulo: Cortez.
- Garcia, M. de P. B. (2000). Reorientação profissional em grupo: Planejamento por encontro. In M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação profissional em ação: Formação e prática de Orientadores* (pp. 144-168). São Paulo: Summus Editorial.
- Greca, S. M. (2000). A importância da informação na orientação profissional: Uma experiência com alunos do ensino médio. In M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação profissional em ação: Formação e prática de orientadores* (pp. 111-133). São Paulo: Summus Editorial.
- Hagner, D., McGahie, K., & Cloutier, H. (2001). A model career assistance process for individuals with severe disabilities. *Journal of Employment Counseling*, 38, 197-206.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). *Censo populacional brasileiro de 2000*. Recuperado em 10 outubro 2009, de [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)
- Ivatiuk, A. L. (2004). *Orientação profissional para profissões não universitárias: Perspectiva da Análise do comportamento*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP.
- Ivatiuk, A. L., & Amaral, V. L. A. R. do. (2007). Orientação profissional para profissões não universitárias. In D. T. Barros, M. T. Lima, & R. Escalda (Orgs.), *Orientação profissional: Teoria e técnica. Vol. 3. Escolha e inserção profissionais: Desafios para indivíduos, famílias e Instituições* (pp. 211-224). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Johnson, R. D., Mellard, D. F., & Lancaster, P. (2007). Helping young adults with learning disabilities plan and prepare for employment. *Teaching Exceptional Children*, 39(6), 26-32.
- Lassance, M. C. (Orgs.). (1999). *Técnicas para o trabalho de orientação profissional em Grupo*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Lassance, M. C. P. (2005). Adultos com dificuldades de ajustamento ao trabalho: Ampliando o enquadre da orientação vocacional de abordagem evolutiva. *Revista Brasileira Orientação Profissional*, 6(1), 41-51.

- Lehman, Y. P. (2010). Orientação profissional na pós-modernidade. In R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação vocacional/ ocupacional* (2a ed., pp. 19 - 30). Porto Alegre: Artmed.
- Levenfus, R. S. (1997). *Psicodinâmica da escolha profissional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Levinson, E. M., & Ohler, D. L. (1998). Transition from high school to college for Students with learning disabilities: Needs, assessment and services. *The High School Journal*, 82(1), 62-69.
- Lindstrom, L., Johnson, P., Doren, B., Zane, C., Post, C., & Harley, E. (2008). Building opportunities for young women with disabilities. *Teaching Exceptional Children*, 40(4), 66-71.
- Lisboa, M. D. (2000). A formação de orientadores profissionais: Um compromisso social multiplicador. In M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação profissional em ação – Formação e prática de orientadores* (pp. 11-23). São Paulo: Summus Editorial.
- Lucchiari, D. (1993). *Planejamento por encontros*. In D. Lucchiari, *Pensando e vivendo a orientação profissional* (2a ed., pp. 22-34). São Paulo: Summus Editorial.
- Marques, L. P., Carneiro, C. T., Andrade, J. D., Martins, N. T., & Gonçalves, R. M. (2008). Analisando as pesquisas em Educação Especial no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14, 251-272.
- Marquezan, R. (2008). O discurso da Legislação sobre o sujeito deficiente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14, 463-478.
- Mello, F. A. F. (2002). *O desafio da escolha profissional*. Campinas: Papirus Editora.
- Melo-Silva, L. L., & Jacquemin, A. (2001). *Intervenção em orientação vocacional/ profissional: Avaliando resultados e processos*. São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Melo-Silva, L. L., Bonfim, T., Esborgeo, M. C., & Soares, D. H. (2003). Um estudo preliminar sobre práticas em orientação profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4(1/2), 21-34.
- Mendes, E. G., Nunes, L. R., Ferreira, J. R., & Silveira, L. C. (2004). Estudo da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência. *Temas em Psicologia*, 12, 105-108.
- Montobbio, E., & Lepri, C. (2007). *Quem eu seria se pudesse ser: A condição adulta da pessoa com deficiência intelectual*. Campinas: Fundação Síndrome de Down.
- Moreira, H. F., Michels, L. R., & Colossi, N. (2006). Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: Um compromisso com o ensino superior. *Revista Escritos sobre Educação*, 5(1), 19-25.
- Mota, M. M. (2003). *A psicoterapia breve na orientação profissional do jovem com deficiência física*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Moura, C. B. (2004). *Orientação Profissional sob o enfoque da Análise do comportamento*. Campinas: Editora Alínea.
- Neiva, K. M. (2007). *Processos de escolha e orientação profissional*. São Paulo: Vetor.
- Noronha, A. P., & Ambiel, R. A. (2006). Orientação profissional e vocacional: Análise da produção científica. *Psico-USF*, 11, 75-84.
- Noronha, A. P., Andrade, R. G., Nascimento, M. M., Nunes, M. F., Pacanaro, S. V., Ferruzzi, A. H. et al. (2006). Análise de teses e dissertações em orientação profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 7(2), 1-10.
- Pereira, C. D. (2006). *Habilidades sociais em trabalhadores com e sem Deficiência Física*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Pigatto, C. S., Klein, E. T., & Wisnesky, R. do R. (2000). *Orientação profissional no contexto da deficiência auditiva*. Curitiba: Juruá Editora.
- Quintão, D. T. (2005). Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social. *Psicologia e Sociedade*, 17, 17-28.
- Ribeiro, M. A. (2004). *Orientação Profissional para pessoas psicóticas: Um estudo para o desenvolvimento de estratégias identitárias de transição através da construção de projetos*. Tese de Doutorado não-publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santeiro, T. V. (2005). *Psicoterapias breves psicodinâmicas: Produção científica em periódicos nacionais e estrangeiros (1980/2002)*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP.
- Sarriera, J. C., Meira, P. B., Berlim, C. S., Bem, L. A., & Câmara, S. G. (1999). Treinamento em habilidades sociais na orientação de jovens à procura de emprego. *Psico*, 30, 67-85.
- Soares, D. H. P. (1999). A Inserção da orientação profissional no Brasil. *Anais do Encontro Mineiro de Orientadores Profissionais: Desafios frente às transformações do mundo do trabalho*, 1.

- Soares, D. H. (2002). *A escolha profissional do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus Editorial.
- Soares, D. H. (2009). *O que é orientação profissional* (4a ed.). São Paulo. Editora Brasiliense.
- Tanaka, E. D., & Manzini, E. J. (2005). O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Revista Brasileira de Educação Especial, 11*, 273-294.
- Teixeira, M. A., Lassance, M. C., Silva, B. M., & Bardagi, M. P. (2007). Produção científica em orientação profissional: Uma análise da Revista Brasileira de Orientação Profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 8*(2), 25-40.
- Tien, H-L. S. (2007). Practice and research in career counseling and development - 2006. *The Career Development Quarterly, 56*, 98-139.
- Toldrá, R. C., & Sá. M. J. C. N. de. (2008). A profissionalização de pessoas com deficiência em Campinas: Fragilidades e perspectivas. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 19*(1), 48-55.
- Valore, L. A. (2003). Construindo e resgatando competências na preparação do profissional do futuro: Algumas reflexões sobre a inserção da Escola no processo de Orientação Profissional. In L. L. Melo-Silva, M. A. Santos, J. T. Simões, & M. C. Avi (Orgs.), *Orientação profissional: Teoria e técnica: Vol. 1. Arquitetura de uma ocupação* (pp. 97-108). São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica.
- Valore, L. A. (2010). Orientação profissional em grupo na escola pública: Direções possíveis, desafios necessários. In R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação vocacional/ocupacional* (2a ed., pp. 65 - 81). Porto Alegre: Artmed.
- Whiston, S. C., & Brecheisen, B. K. (2002). Practice and research in Career counseling and development - 2001. *The Career Development Quarterly, 51*, 98-154.

Recebido:16/12/2009

1ª Revisão:13/04/2010

Aceite Final:22/04/2010

#### Sobre as autoras

**Ana Lucia Ivatiuk** é Doutora em Psicologia como Ciência e Profissão pela PUC-Campinas, Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Campinas, Psicóloga Clínica e da Saúde e docente do curso de Psicologia da Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL-PR).

**Elisa Medici Pizão Yoshida** é Doutora em Ciências (Psicologia) pela USP; Pós- Doutorado na Universidade de Montreal, Canadá; Docente do Programa de Pós Graduação *Strito Sensu* em Psicologia e da Faculdade de Psicologia da PUC-Campinas.